

**DIRETRIZES
INTERNACIONAIS PARA
PLANEJAMENTO
URBANO E
TERRITORIAL**

INTERNATIONAL GUIDELINES ON URBAN AND TERRITORIAL PLANNING
PORTUGUESE VERSION

UN HABITAT
FOR A BETTER URBAN FUTURE

Diretrizes Internacionais para Planejamento Urbano e Territorial

International Guidelines on Urban and Territorial Planning

Primeira publicação em 2015, Nairóbi, por ONU-Habitat.

Versão original em inglês. Tradução para o português por Carla Werneck.

Nesta tradução utilizou-se a ortografia da Língua Portuguesa falada e escrita no Brasil.

Copyright © Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, 2015.

Todos os direitos reservados

Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat)

Caixa Postal 30030, 00100, Nairóbi GPO, QUÊNIA

Tel: 254-020-7623120 (Escritório Central)

www.unhabitat.org

Número HS: HS/011/16P

Contribuição Financeira e Apoio: o Governo do Japão, França, Noruega, África do Sul, Suécia.

Isenção de responsabilidades: As designações empregadas e a apresentação do material nesta publicação não implicam a expressão de quaisquer opiniões absolutas da parte do Secretariado das Nações Unidas no que diz respeito ao estatuto legal, autoridades ou no que diz respeito à delimitação das fronteiras de qualquer país, território, cidade ou área.

Os pontos de vista expressos nesta publicação não necessariamente refletem aqueles do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, das Nações Unidas ou de seus Estados-Membros.

Trechos podem ser reproduzidos sem autorização específica, desde que a fonte seja indicada.

**DIRETRIZES
INTERNACIONAIS PARA
PLANEJAMENTO
URBANO E
TERRITORIAL**

**INTERNATIONAL GUIDELINES ON URBAN AND TERRITORIAL PLANNING
PORTUGUESE VERSION**

UN  HABITAT

Prefácio

Como a população urbana mundial já representa mais de cinquenta por cento da população global, fica cada vez mais claro que o futuro é urbano. A urbanização está avançando rapidamente, especialmente nos países em desenvolvimento, e esta vem acompanhada tanto de oportunidades como de desafios.

A aglomeração proporciona economias de escala significativas nas cidades e regiões, mas também pode levar a custos e externalidades, por exemplo, aqueles associados a ruídos, congestionamentos e poluição. Os desafios globais, como a mudança climática e a escassez de recursos, afetam diversas áreas de várias formas, exigindo respostas novas e inovadoras.

Para lidar com esses desafios, foram testadas e implementadas diferentes abordagens de planejamento no mundo inteiro. Embora esses esforços tenham produzido lições valiosas, as Diretrizes Internacionais para Planejamento Urbano e Territorial foram desenvolvidas para preencher uma lacuna fundamental ao fornecer um quadro de referência para o planejamento que seja aplicável em várias escalas e adaptáveis a contextos regionais, nacionais e locais diversos.

Como resposta à Resolução 24/3 do Conselho de Administração do ONU-Habitat, essas Diretrizes foram desenvolvidas por meio de um amplo processo consultivo e com base em experiências variadas. Elas apresentam doze princípios que podem guiar tomadores de decisão no desenvolvimento ou na revisão de políticas, planos e projetos, por meio de uma abordagem de planejamento integrado.

As Diretrizes foram aprovadas pelo Conselho de Administração na Resolução 25/6 de 23 de abril de 2015. Ademais, essa resolução convoca “instituições financeiras internacionais, agências de desenvolvimento e o ONU-Habitat a auxiliarem os Estados-Membros interessados em usar as Diretrizes em seus contextos territoriais e nacionais, onde



apropriado, e desenvolver ferramentas e indicadores de monitoramento”.

As Diretrizes foram criadas para complementar as Diretrizes Internacionais sobre Descentralização e o Fortalecimento das Autoridades Locais (2007) e as Diretrizes Internacionais sobre Descentralização e Acesso a Serviços Básicos para Todos (2009), que já foram adotadas pelo Conselho de Administração do ONU-Habitat e que foram textos de referência em vários países. Além disso, as Diretrizes Internacionais para Planejamento Urbano e Territorial foram concebidas para apoiar a implementação da futura Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e da Nova Agenda Urbana que resultará da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III) em 2016.

As Diretrizes são relevantes para diversos usuários: governos nacionais; autoridades locais; sociedade civil; e planejadores urbanos. Elas enfatizam o papel que esses atores têm na elaboração da forma e da função dos assentamentos humanos. Espero, sinceramente, que as Diretrizes possam trazer inspiração e orientação para ajudar a criar cidades e territórios mais compactos, socialmente inclusivos, melhor conectados e integrados.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Joan Clos'.

Dr. Joan Clos

Diretor Executivo, ONU-Habitat

Índice

I. ANTECEDENTES	VI
A. Objetivos	1
B. Definição e Escopo.....	2
C. Contexto e Fundamentos.....	4
D. Processo Preparatório.....	5
II. DIRETRIZES INTERNACIONAIS PARA PLANEJAMENTO URBANO E TERRITORIAL	7
A. Política Urbana e Governança	8
B. Planejamento Urbano e Territorial para o Desenvolvimento Sustentável	13
B1. Planejamento Urbano e Territorial e Desenvolvimento Social.....	14
B2. Planejamento Urbano e Territorial e Crescimento Econômico Sustentável	17
B3. Planejamento Urbano e Territorial e o Meio Ambiente	20
C. Componentes do Planejamento Urbano e Territorial.....	23
D. Implementação e Monitoramento do Planejamento Urbano e Territorial.....	27

A stylized, light blue map of a city grid is visible in the background, showing streets and building footprints. The map is semi-transparent and covers the entire page.

I

ANTECEDENTES

A. Objetivos

Desde 1950, o mundo tem mudado rapidamente. A população urbana cresceu passando de 746 milhões em 1950 (29,6 por cento da população mundial) para 2,85 bilhões em 2000 (46,6 por cento), chegando a 3,96 bilhões em 2015 (54 por cento). Espera-se que esse total chegue a 5,06 bilhões até 2030 (60 por cento da população mundial). Em resposta a essa transformação, as Diretrizes Internacionais para Planejamento Urbano e Territorial têm por objetivo atuar como uma estrutura de aprimoramento das políticas, planos, projetos e processos de implementação globais que levarão a cidades e territórios mais compactos, socialmente inclusivos, mais bem integrados e conectados, que incentivem o desenvolvimento urbano sustentável e sejam resilientes face às mudanças climáticas.

Os objetivos das Diretrizes estão elencados a seguir:

- Desenvolver uma estrutura de referência aplicável universalmente para orientar reformas de políticas urbanas;
- Capturar princípios universais de experiências nacionais e locais que possam apoiar o desenvolvimento de diversas abordagens de planejamento adaptadas a vários contextos e escalas;
- Complementar e se vincular a outras diretrizes internacionais para encorajar o desenvolvimento urbano sustentável;
- Aumentar as dimensões urbanas e territoriais das agendas de desenvolvimento de governos nacionais, regionais e locais.

Vista aérea de Paris, França © Flickr/Mortimer62



B. Definição e Escopo

O planejamento urbano e territorial pode ser definido como um processo de tomada de decisões cujo objetivo seja atingir metas econômicas, sociais, culturais e ambientais por meio do desenvolvimento de visões espaciais, estratégias e planos, bem como a aplicação de um conjunto de princípios políticos, ferramentas, mecanismos institucionais e de participação e procedimentos regulatórios.

O planejamento urbano e territorial tem uma função econômica inerente e fundamental. Trata-se de um instrumento poderoso para reformular formatos e funções de cidades e regiões, visando gerar crescimento econômico endógeno, prosperidade e emprego, lidando com as necessidades dos grupos mais vulneráveis, marginalizados e carentes.

As Diretrizes promovem princípios e recomendações fundamentais para o planejamento urbano e territorial que auxiliam todos os países e cidades a conduzirem, com eficácia, as mudanças demográficas urbanas (crescimento, estagnação ou declínio) e a melhorarem a qualidade de vida em assentamentos urbanos existentes e novos. Levando em conta o princípio da subsidiariedade e estruturas de governança específicas de cada país, as Diretrizes devem ser usadas considerando a continuidade entre as diversas escalas do planejamento

- **No nível nacional**, planos nacionais podem tirar proveito dos polos econômicos e da infraestrutura de grande porte - existentes e planejados - no intuito de apoiar, estruturar e equilibrar o sistema de cidades e municípios, incluindo corredores urbanos e bacias hidrográficas, para revelar plenamente seu potencial econômico;
- **No nível da cidade-região e metropolitano**, planos regionais subnacionais podem fomentar o desenvolvimento econômico, promovendo economias de escala e de aglomeração regionais, aumentando a produtividade e a prosperidade, fortalecendo os vínculos entre o urbano e o rural e a adaptação aos impactos das mudanças climáticas, reduzindo riscos oriundos de desastres e o uso intenso da energia, lidando com disparidades socioespaciais e promovendo coesão e complementariedade territoriais tanto nas áreas em crescimento como nas em declínio;
- **No nível das cidades e dos municípios**, estratégias de desenvolvimento para a cidade e planos de desenvolvimento integrado podem priorizar decisões de investimento e incentivar sinergias e interações entre áreas urbanas separadas. Planos de uso do solo podem contribuir

预览已结束，完整报告链接和二维码如下：

https://www.yunbaogao.cn/report/index/report?reportId=5_18560

